

Brasil

Contas públicas Impacto fiscal será de R\$ 1 bilhão até 31 de dezembro

Governo eleva gastos em R\$ 3,12 bilhões neste ano

Ricardo Allan
De Brasília

O alto faturamento da Petrobras, favorecido pelo aumento da cotação do petróleo, e o bom desempenho da arrecadação tributária permitiram ao governo elevar o nível de gastos dos ministérios neste ano. O decreto nº 3.662, publicado ontem no Diário Oficial, aumentou em R\$ 3,12 bilhões o limite para despesas de custeio e investimento da União. O impacto fiscal até o final do ano será de R\$ 1 bilhão, que corresponde à autorização para novos gastos até 31 de dezembro.

No total autorizado pelo governo para empenhos, neste novo decreto, estão embutidos R\$ 1,8 bilhão que o Tesouro Nacional já repassou adicionalmente ao Ministério da Saúde ao longo do ano. O ministério terá apenas R\$ 200 milhões extras para aplicar em seus programas. "Com essa expansão, estamos garantindo a continuidade dos programas sociais. Não há aumento dos recursos para obras e outros investimentos", disse o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Guilherme Dias.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, garantiu que a expansão de gastos não vai afetar a meta de superávit fiscal acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) neste ano. "O nosso comprometimento com os objetivos da política fiscal é claro. Temos perseguido os resultados com insistência, pois isso é extrema-

mente importante para garantir o crescimento sustentável da economia", disse.

O resultado da Petrobras e o desempenho das receitas produziram um "excesso" de superávit primário até agora. De acordo com o Banco Central, o saldo positivo nas contas do setor público acumulado até setembro é de R\$ 35,2 bilhões. Esse volume é R\$ 6,2 bilhões superior à meta prevista para os três primeiros semestres (R\$ 29 bilhões) e está a apenas R\$ 1,5 bilhão de atingir a meta para todo o ano, de R\$ 36,7 bilhões.

"A evolução da arrecadação até outubro mostrou um comportamento melhor do que o esperado e as estimativas até o final do ano também são boas. No momento de autorizar essa expansão, levamos isso em conta", afirmou Bier. A meta da União continua sendo de um superávit de R\$ 30,5 bilhões. A contribuição do governo federal era de R\$ 23,5 bilhões e caiu para R\$ 22,4 bilhões.

A queda de R\$ 1,1 bilhão, que abriu espaço para novos gastos, será compensada pelo resultado das estatais federais, cuja previsão de superávit subiu de R\$ 7 bilhões para R\$ 8,1 bilhões por causa da faturamento da Petrobras.

O governo não espera nenhuma contribuição da Parcela de Preço Específica (PPE), que absorve a diferença entre o preço internacional do petróleo e o de venda interna dos combustíveis. O déficit nesta conta está acumulado em R\$ 260 milhões até setembro e a estimativa é de R\$ 1,2 bilhão negativos no ano. Essa

Orçamento 2000

Limites para movimentações e empenho

Órgãos	Acréscimos / Redução de Limite (em R\$)
Gabinete da Presidência	6.000
Ministério da Agricultura	98.438
Ministério da Ciência e Tecnologia	-6.000
Ministério da Fazenda	373.542
Ministério da Educação	98.958
Ministério da Previdência e Assistência Social	134.375
Ministério das Relações Exteriores	41.667
Ministério da Saúde	1.930.302
Ministério do Trabalho e Emprego	208.333
Ministério dos Transportes	10.417
Ministério do Meio Ambiente	22.917
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	142.708
Ministério do Desenvolvimento Agrário	39.986
Ministério do Esporte e Turismo	13.542
Ministério da Integração Social	5.208
Total	3.120.393

Fonte: Tesouro

conta aumenta o endividamento público, mas não tem impacto no resultado primário.

Em maio, quando o Congresso aprovou o Orçamento, o governo baixou um decreto de execução orçamentária cortando despesas no valor de R\$ 7,4 bilhões.

Do total de R\$ 3,12 bilhões de expansão dos limites de gastos, R\$ 2,912 bilhões serão efetivamente pagos neste ano. A dotação extra do Ministério do Trabalho, de R\$ 208 milhões, será utilizada em programas cujos pagamentos efetivos só serão feitos no ano que vem. Do valor a ser pago, ainda deve ser descontado um percentual de 4%, que forma uma espécie de "margem de seguran-

ça" para eventuais erros de cálculos, receitas superestimadas ou despesas maiores do que as previstas. "O valor real a ser pago neste ano deve ser de R\$ 2,8 bilhões", disse.

O orçamento total do Ministério da Saúde, neste ano, deve ficar em torno de R\$ 22 bilhões. "Esse valor é entre R\$ 500 milhões e R\$ 700 milhões superior ao previsto na Emenda Constitucional da Saúde", disse Dias. Os repasses para o ministério são de R\$ 1,37 bilhão por mês e passarão a R\$ 1,57 bilhão em novembro. O Ministério da Ciência e Tecnologia teve uma redução de R\$ 6 milhões em sua verba, recursos que passaram à Presidência.